



**ATA 02/2017 DA REUNIÃO DOS SERVIDORES DO CAMPUS COM A COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DEFINITIVA DOS CAMPI FORA DE SEDE**

Aos dezessete dias do mês de maio de 2017, às nove horas, na sala de aula 1 do Campus, reuniram-se a Comissão Especial do CONSUN para o estudo da proposta de organização da estrutura administrativa definitiva dos Campi fora de sede da FURG, presente pelos servidores Humberto Camargo Piccoli, Mozart Tavares Martins Filho, Eduardo Vogelmann e Karin Schwarzbald, com os servidores do Campus: Alex Leonardi, Alini Mariot, Amanda Coelho Alfaia, Andréa Edom Morales, Camila Gamino da Costa, Carla Weber Scheeren, Carlos Honorato Schuch Santos, Carlos Roberto de Menezes Peixoto, Cassiano Ranzan, Charles dos Santos Guidotti, Claudia Maria Gomes da Cunha, Cristiano Rodrigues Garibotti, Daiana Bastos da Silva, Felipe Hernandez Garcia, Francine Silva Antelo, Gilber Ricardo Rosa, Itiara Gonçalves Veiga, João Paulo Borges da Silveira, Jorge Estuardo Tello Gamarra, Juliana da Silveira Espindola, Karin Ritter Jelinek, Leandro Sebben Bellicanta, Lizandro Mello Pereira, Luciano Silva da Silva, Marcelo de Godoi, Marcelo Escobar Aragão, Marcia Helena Scherer Kurz, Marco Aurélio Rocha Di Franco, Patrícia Ignácio, Patrícia Lima da Silva, Soledad Bech Gaivizzo. Abrindo a reunião, o senhor Diretor do Campus, prof. Antônio Luís Schifino Valente, agradece a presença de todos e imediatamente passa a palavra ao professor Humberto Piccoli, que apresenta os membros da Comissão e relembra do questionário que havia sido enviado pela comunidade dos Campi ano passado com três grandes questões para orientar os trabalhos da Comissão. Deste questionário e dos debates, alguns pontos tiveram relevância maior por terem aparecido em todos os documentos encaminhados pelos Campi: a criação de uma Vice-Direção para suprir a ausência da Direção e assumir algumas atribuições, nos moldes dos Coordenadores Adjuntos de cursos; a criação de um Conselho do Campus que tenha caráter igual ao dos Conselhos de Unidades, deliberativo; a questão da representatividade dos Campi nos Conselhos Superiores, em que se pensa em criar uma Câmara dos Campi no COEPEA, com a participação dos Diretores; e a forte ligação dos docentes com suas Unidades Acadêmicas, que influenciou em todos os debates. O diagnóstico pensado pela comissão, prossegue o professor Piccoli, é de que o atual Estatuto da Universidade não permite criar qualquer Unidade sem que seja Acadêmica, e os Campi não se caracterizariam como Unidades Acadêmicas por conta da natureza de suas atividades. Passa então a apresentar a Proposta: uma revisão da estrutura estatutária da FURG, com a criação de novos Entes Institucionais teria, segundo ele, o problema de tempo exíguo para tal, portanto, sugere-se a alteração dos Regimentos Geral e da Reitoria, a fim de acomodar estruturalmente a criação dos Conselhos de cada Campus, a criação da figura de Vice-Diretor de Campus, e a vinculação dos Campi como órgãos da Reitoria. Cada Conselho de Campus, segue ele, teria seu próprio Regimento e as atribuições de planejamento, administração e política em sua competência. Há também a proposta de estabelecer as atribuições dos Administradores dos Campi, e das Secretarias Gerais; e a criação em cada Campus de uma Coordenação de Atenção ao Estudante (CAE). Todos os Técnico-Administrativos em Educação, com exceção dos lotados na CAE, ficariam lotados no Campus e vinculados à Direção do Campus, para evitar as questões de dupla chefia ou duplo comando; os docentes e os cursos seguiriam lotados nas Unidades Acadêmicas. Os bens patrimoniais ficariam lotados nos Campi, que também seriam constituídos como Unidades Orçamentárias internas, inseridas e submetidas à Matriz Orçamentária da Universidade. O professor Piccoli encerra a exposição da proposta ressaltando que a DAI – Diretoria de Avaliação Institucional – deverá analisar a proposta que, depois, seguirá diretamente para o CONSUN. Abre-se o espaço para o debate, de onde se registra a síntese das opiniões e questões, por relevância. A professora Karin Jelinek diz que não entende a situação da lotação dos TAE, pois há muitos técnicos de atuação específica, considerando discrepante lotá-los no Campus, o que também poderia ocasionar diferença de tratamento entre TAE com a mesma função, em comparação com as Unidades na sede, ao que o técnico Mozart Tavares responde que uma coisa é a lotação, e outra bem diferente é o cargo; o que se pretende é

na verdade centralizar as lotações. A TAE Cláudia Cunha questiona como fica a situação de quem hoje é lotado em órgão dedicado, como o SIB e o NTI, pois haveria um duplo comando que causaria transtorno nas atribuições técnicas que esses servidores desempenham, sem falar no impacto negativo nas políticas institucionais desses órgãos; e relata que não há notícia de que a Comissão tenha feito alguma reunião com o SIB para discutir o tema. A TAE Soledad Bech questiona qual seria a clareza com que se separariam as atribuições e competências entre Unidade Acadêmica, Curso e Direção de Campus, ao que o TAE Mozart Tavares responde que o período de prática até a revisão do Estatuto da FURG irá mostrar essas separações e possibilitar os ajustes. Os TAE Daiana Bastos e Lizandro Mello alertam que, além das atribuições de Administrador(a) e de Assistente em Administração já estarem reguladas em lei e no edital de seus concursos, a proposta de regulamentar essas atribuições e funcionamento de Secretaria Geral na Comissão produz a assimetria com as Unidades, que têm autonomia para fazer isso em seus Regimentos, modelo que portanto deve ser estendido a cada Campus e seu Conselho; portanto, esta parte da proposta está sobrando e deveria ser suprimida. O professor Carlos Honorato entende que essa proposta regimental é muito tímida, e que os Campi deveriam gozar de maior autonomia em relação à sede, algo que deverá acontecer com o tempo e com a reforma estatutária prevista. O professor Piccoli diz que a proposta pode mudar, nas discussões do CONSUN, e deverá também haver mudanças com as propostas de reforma do Estatuto e do Regimento da FURG. O TAE Mozart Tavares afirma que a barreira orçamentária é a maior dificuldade para qualquer mudança significativa. O senhor Diretor comenta que a Comissão foi muito sensata em entender que deverá ser efetivada uma revisão desse regulamento em dois anos. O professor Jorge Gamarra propõe um voto de confiança ao trabalho da Comissão, que trabalhou para montar a melhor proposta possível. O TAE Mozart Tavares ainda ressalta que haverá no mínimo dois momentos de melhoria da forma organizacional dada aos Campi, na reforma do Estatuto e na proposição de que em dois anos haja uma revisão desta regulamentação da estrutura administrativa. Feitas as considerações e agradecimentos de encerramento, nada mais havendo a registrar desta reunião, finda a mesma às quinze horas e cinquenta minutos, da qual é lavrada a presente ata que vai assinada pelo senhor Diretor do Campus e por mim, Lizandro Mello que atuei como secretário *ad hoc*, após sua aprovação.